

## TERRITÓRIO, INFORMAÇÃO E CULTURA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Evelyn Andrea Arruda Pereira  
Universidade de São Paulo

Tendo em vista o destaque recente que a instância cultural tem obtido nos estudos geográficos, pretendemos neste trabalho refletir sobre a relação desta com o território, sobretudo diante do papel que a variável informação assumiu no período da globalização. Não restringimos a cultura a manifestações reconhecidamente culturais (como as religiosas ou artísticas), visto que entendemos a cultura no seu significado mais amplo – *o processo de conferir sentidos à existência*, presente de maneira indissociável às demais instâncias sociais, como a política e a economia. Algumas questões que nortearam a redação deste texto:

- O que é informação, qual a relação dela com as dinâmicas do território e o que permite caracterizá-la, no período atual, como variável-chave?

- Qual é a relação entre a informação e a cultura? De que maneira a importância da variável informação para o período atual altera a relação entre a instância cultura e o território?

- No que contribuiria um entendimento mais aprofundado da relação entre território e cultura para a compreensão do futuro?

O objetivo não será o de responder definitivamente estas questões, mas realizar uma aproximação, com o apoio da bibliografia, que permita uma compreensão mais refinada da temática abordada.

### **A Informação**

A definição do que vem a ser o que chamamos de informação não é unívoca dentre os autores que trabalham o assunto. Raffestin (1980) associa a informação ao poder de um ator sobre um determinado território, destacando a necessidade de energia para que as mensagens que constituem uma dada informação sejam transmitidas. Este autor reserva o termo *comunicação* para a mobilidade das informações, enquanto o transporte material seria a *circulação* (p.200).

Essa caracterização da informação como imaterial é comumente realizada, por exemplo no uso dos termos “trabalho imaterial” (Lazzarato e Negri, 2001) e simplesmente “o imaterial” (Gorz, 2003). O conhecimento, valores sociais, normas, tipos de trabalho e mesmo o capital financeiro são incluídos em uma conceituação abrangente de informação, como oposto “ao que se pode tocar”. Trata-se de uma forma de dualismo que separa o material do imaterial, frequentemente valorizando o segundo, como contemporâneo e dinâmico, em detrimento do primeiro, estático e ultrapassado.

Contra esta concepção, Marcos Dantas (2003, p.25) ressalta que o grande pressuposto da informação não é sua imaterialidade, mas seu caráter relacional. “Não há nada de ‘imaterial’ na informação, na medida em que ela emana de fontes materiais e de fenômenos físico-químicos da natureza, sendo processada também por algum agente corpóreo”. O autor a localiza “em uma espécie de sítio intermediário entre a origem dos fenômenos sinalizadores e os agentes que os captam e os processam. Não será nem atributo do objeto, nem do agente, mas será sempre uma relação entre ambos”.

Deste modo, poderíamos definir a informação como um conjunto de mensagens transmitidas e recebidas através de meios adequados para sua compreensão, em um híbrido de materialidade e imaterialidade. Lojkine (1995, p.259) reforça esta visão, destacando a complementaridade entre a informação e sua base física: “Os serviços informacionais não estão isolados na esfera do imaterial – ao contrário, requisitam suportes físicos, verdadeiros meios de consumo coletivos, que remetem a um consumo que não é final nem produtivo, mas que, no entanto, intervém de modo decisivo no crescimento e na produtividade global do trabalho”.

O que nos cabe investigar, entretanto, não são as informações em si, mas de que forma elas ganharam importância para as dinâmicas territoriais na atualidade, permitindo que chegássemos a um período que Milton Santos (1996) nomeou como técnico-científico e informacional.

Sendo o espaço geográfico um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações (conceituado pelo mesmo autor), as informações, definidas como transmissão e recepção de significados, fazem parte tanto dos objetos quanto das ações que formam o espaço. Desde o surgimento da humanidade e a gradual transformação do meio natural em meio técnico, através do trabalho, a informação esteve presente. A crescente mecanização do território permitiu que a informação, antes restrita a homens que coexistiam em um dado lugar e suas ferramentas de trabalho, passasse a se difundir e alcançar escalas cada vez mais amplas. À transmissão e recepção diretas, interpôs-se uma série de meios (mídias) que passaram a incluir, cada vez mais, objetos inventados pelos homens: ao uso exclusivo da linguagem oral, somaram-se a escrita (potencializada pela invenção da imprensa), o telégrafo, o telefone, o rádio, o cinema, a televisão, os computadores... Com uma difusão desigual pelo território, esses objetos técnicos permitiram a circulação seletiva das informações cada vez em menor tempo, chegando, no momento atual, à potencial instantaneidade entre os momentos de transmissão e de recepção destas informações, e a uma divisão territorial complexa dos agentes que participam deste processo.

Assim, não é o fato da informação ser parte constitutiva do território que vem a ser a novidade do período, nem a grande participação destas no dia-a-dia da humanidade. Foi a grande volatilidade que *certas* informações ganharam, através da transmissão e dos meios de difusão avançados, que permitiram tornar esta uma das variáveis-chave do período. Isto ocorre pelo fato de a informação “ter adquirido o estatuto de motor da atual reorganização dos sistemas produtivos. A produção de informações, fundada na racionalidade técnico-científica do período, vai mediar a realização dos eventos do presente, assegurando sua duração e interferindo na escala temporal do acontecer” (SILVA, 2001, p.11).

Entretanto, para esforço de análise, é preciso efetuar uma tipologia das informações. Não é toda a informação que circula pelo território que possui o status de variável-chave do período da globalização. Existem *informações estratégicas*, de circulação restrita a redes empresariais, que são o fundamento da tomada de decisões dos agentes hegemônicos. Tais informações possuem instituições receptoras e transmissoras específicas (empresas de consultoria, agências de publicidade, órgãos governamentais, laboratórios de universidades, centros de pesquisa, bancos, agências de divulgação de notícias especializadas), que vendem a informação produzida a um alto custo. Como trabalha Silva (2001), São Paulo é a metrópole que reúne a maior parte destes agentes, cuja influência se dá para todo o território brasileiro. Uma vez que essa concentração se deve à existência de uma série de objetos técnicos contemporâneos em São Paulo, a inseparabilidade entre o caráter material e imaterial da informação é evidenciada.

O outro tipo de informação, que não a estratégica, será a que nos ocuparemos a seguir. Trata-se da *informação banal*, de difusão abundante e, em grande parte, livre pelo território. Embora não seja a força motriz do sistema produtivo, esta informação também ganhou uma nova dimensão com a evolução técnica contemporânea e possui grandes relações com o cotidiano e a cultura, que trabalharemos a seguir.

## **A Informação Banal e a Cultura**

Em uma das obras pioneiras sobre as mudanças sociais ocorridas com o advento das novas tecnologias de informação, Daniel Bell (1973) já apontava os reflexos do surgimento do que chama de “sociedade pós-industrial” no campo da cultura. O autor vê o surgimento de um novo tipo de modernidade que romperia com as culturas tradicionais, tidas por ele como estáticas e homogêneas, em favor da variedade e do sincretismo. Nas palavras de Bell (p.214):

[...] a revolução operada nos meios de transporte e de comunicação, unindo a sociedade de todo o mundo num grande [...] ecúmeno significou o fracionamento das velhas culturas provincianas e o transbordamento de todas as tradições de Arte, Música e Literatura de todo o mundo, lançadas num recipiente novo e universal, acessível a todos e pairando sobre tudo.

O grande agente desta “sociedade pós-industrial” – que o autor vê a partir de uma perspectiva evolutiva em relação à sociedade industrial e agrícola – são os cientistas e demais pesquisadores da alta tecnologia. A universidade é apontada como o “centro da cultura consagrada” sem que se considere o restante da sociedade, e o país representante, indicado pelo autor como o único que abrigava este processo, são os Estados Unidos. A própria concepção de informação tomada por Bell limita-se ao conhecimento mercantilizado, o que torna a sua previsão de mudança cultural não apenas restrita, mas hierarquicamente transmitida a partir desta elite. Não se trata, segundo a tipologia que tomamos, de informações banais, mas de informações estratégicas, que comandariam todo o conjunto de valores e crenças que circulam no mundo.

Lojkine (1995) também reconhece o quanto a mudança tecnológica é acompanhada de alterações em outras esferas sociais, mas vê o processo de maneira mais ampla do que Bell: “[...] tal revolução não é apenas tecnológica, mas, igualmente, cultural, ética, tanto mais quanto seu eixo central é a produção, a circulação e a distribuição de informações entre todos os homens – dito de outra forma: a criação e a circulação do sentido” (p.301-2). Dentro desta perspectiva, os agentes promotores da “revolução informacional” analisada por Lojkine não se restringem a uma elite abrigada nos grandes centros de pesquisa, mas são a sociedade como um todo.

A mudança cultural prevista por Lojkine ocorreria na superação da sociedade capitalista, calcada na propriedade privada e nas mercadorias, para um novo tipo de sociedade, fundada nos “valores de cooperação e de comunicação não-mercantis” (p.295). André Gorz (2003, p.9) partilha desta mesma opinião, enfatizando inclusive que a experiência, cujo produto não pode ser totalmente sistematizado como conhecimento, é a grande produtora de riqueza social. O autor afirma que:

[...] a informatização revalorizou as formas de saber que não são substituíveis, que não são formalizáveis: o saber da experiência, o discernimento, a capacidade de coordenação, de auto-organização e de comunicação. Em poucas palavras, formas de um saber vivo adquirido no trânsito cotidiano, que pertencem à cultura do cotidiano.

Este saber, segundo Gorz, constituiria as externalidades positivas usadas pelas empresas para ter seu lucro, mas que vai muito além deste objetivo. “São as capacidades que excedem toda a funcionalidade produtiva, é a *cultura que não serve para nada* que torna uma sociedade capaz de cotejar questões sobre as mudanças que se operam nela, capaz de imprimir um sentido em si mesma” (p.27, grifos do autor). Segundo a tipologia que usamos, as informações banais seriam o alicerce não apenas das informações estratégicas, mas também da própria sociedade, que encontra nelas um significado para si.

Tanto Gorz quanto Lojkine, dentre outros autores, vêem que a crise do capitalismo baseado no conhecimento se dá na medida em que o valor simbólico das mercadorias supera seu o valor prático, sem que esse valor possa ser mensurado. O valor simbólico é construído com base numa cultura comum, por definição coletiva e gratuita, e todo o valor monetário que se pretenda associar a essa mercadoria é meramente especulativo. Marcos Dantas (2003, p.23) reforça esta idéia ao destacar que a indústria cultural e mediática assume papel central neste período, e sua “mercadoria”, por definição, não possui uma dimensão mensurável:

No ‘mercado’ cultural, ‘consome-se’ o ‘artista’, seu nome, sua empatia, seu carisma. O trabalho aqui somente tem valor enquanto *trabalho concreto*, trabalho que encerra as qualificações, as habilidades, o conhecimento de quem o realiza, não mensurável por alguma quantidade de trabalho abstrato. Conclusão, aparentemente paradoxal: o produto capitalista típico desta nova etapa *não pode conter* valor de troca.

Deste modo, a cultura no período da globalização, diante da mobilidade da informação, impõe desafios para o funcionamento do próprio capitalismo, apontando

para mudanças. Mas de que maneira esta dinâmica altera a relação entre a cultura e o território? Para responder a esta pergunta, devemos refletir sobre conceitos que auxiliem na compreensão desta relação.

### **Cultura e Território: Fundamentos Conceituais**

O diálogo entre o espaço geográfico e as demais dimensões sociais permite a explicação de diversos eventos através de conceitos combinados bastante elucidativos. Apenas como exemplos, podemos citar o uso do conceito de *divisão territorial do trabalho* (em diálogo com a dimensão econômica) e a importante internalização dos conceitos de *normas e de regulação* na geografia, que ressaltam a relação indissociável entre a dimensão política e o território.

Entretanto, a cultura, entendida como o conjunto de valores, crenças e costumes, expresso no território tanto na forma de ações como na de objetos, ainda não possui conceitos combinados largamente utilizados. Diante da importância assumida pela instância cultura na globalização, atestada pelos autores analisados anteriormente, tais conceitos seriam de grande valia para a compreensão do período atual. Uma prova disto é que, como afirma Milton Santos (2001, p. 39), “[...] no mundo de hoje, o discurso antecede quase obrigatoriamente uma parte substancial das ações humanas – sejam elas a técnica, a produção, o consumo, o poder [...]”. Nunca o processo de conferir *sentido* à existência, atributo da cultura, foi tão importante quanto hoje.

A influência dos valores sociais, crenças e toda a sorte de produção de discursos na diferenciação dos lugares já foi bastante analisada pelos geógrafos. Temos como exemplo a importância destes fatores para o conceito clássico de *gênero de vida* (LA BLACHE, 1921); outro exemplo foram as preocupações de Max. Sorre com o entendimento de uma “geografia psicológica” (SORRE, 1954), para a qual contribui, além das influências do clima e dos demais seres vivos, o conjunto de valores dados pelas profissões, famílias, religiões, hábitos alimentares e organizações políticas e econômicas na diferenciação de um grupo humano em relação aos demais. Como os grupos humanos produzem estes valores através da convivência em um dado lugar, são estas unidades territoriais que possibilitam tal construção social da diferenciação.

Jean Gottmann (1952) via na combinação entre a circulação e o conjunto de “atitudes psicológicas” das pessoas as razões das sucessivas reorganizações das divisões políticas do espaço. Este conjunto é formado pelos símbolos nacionais tais como a bandeira, os princípios da religião majoritária, as memórias históricas transmitidas às novas gerações, regras econômicas, estrutura de hierarquia social, heróis e autores clássicos, compondo o que o autor denominou como iconografia nacional. Gottmann (p.519) considerava tais símbolos fundamentais para o entendimento da maneira como o mundo está dividido, reforçando que “as divisões reais, as quais são mais estáveis e menos flexíveis, estão nas mentes dos homens”.

Entretanto, estes conjuntos de crenças não são estáticos nem no espaço, nem no tempo. Podemos considerar que os valores produzidos e característicos dos

lugares, além de se originarem da própria troca com outros lugares, sofrem grandes alterações ao longo da sucessão de períodos. As modernizações que se difundem pelo território, como trabalha Ana Clara Torres Ribeiro (1991), necessitam da construção de discursos, com valores e crenças que ofereçam suporte através da aceitação coletiva destas implantações técnicas sobre a vida dos lugares. Como afirma a autora, existe uma “busca social da técnica e adequação comportamental à interação moderna entre tecnologia e valores sociais” (RIBEIRO, 1991, p.48). Não foi por outra razão que, diante da intensa transformação da base técnica ocorrida com o advento da globalização, conhecemos uma correlata e brutal mudança no sistema de valores, com diferentes manifestações e densidades em todo o planeta.

Para analisar esta questão, Milton Santos (1994; 1996) idealizou o par conceitual *tecnosfera – psicosfera*; enquanto a *tecnosfera* seria dada pelo conjunto de objetos técnicos implantados nos lugares (e que no período da globalização, funcionam em integração direta com os objetos técnicos de outros lugares), a *psicosfera* seria “o reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido [...] fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário” (SANTOS, 1996, p.204).

Estas duas esferas se apóiam conjuntamente na promoção dos diversos usos do território. Não se pode cogitar uma existência autônoma do sistema técnico, assim como não existe uma psicosfera independente da materialidade. No entanto, não se trata de uma relação harmônica: os lugares devem o seu cotidiano à cooperação e ao conflito entre a base técnica neles existente e os diversos conjuntos de valores, muitas vezes também contraditórios, que se recriam continuamente. Assim, podemos pensar não em uma psicosfera homogênea, mas em diversos grupos de valores em ebulição nos lugares.

Um estudo mais aprofundado da dinâmica da psicosfera no território deve considerar, como nos traz Ana Clara Torres Ribeiro (1991), que há por vezes um descompasso entre a expansão da tecnosfera moderna e a produção da psicosfera que a sustenta. A autora avalia que, dependendo da situação, o sistema de valores antecede, acompanha ou sucede as modernizações. Este descompasso pôde ser percebido na implantação da televisão no país: este meio gerou a multiplicação de um modo de vida urbano e industrial antes mesmo do surgimento da indústria em certos lugares; nos grandes centros industriais, auxiliou a reprodução dos discursos do empresariado, sendo concomitante ou sucedendo as modernizações promovidas.

Acreditamos ser o estudo deste par conceitual – tecnosfera-psicosfera – uma excelente entrada para o diálogo entre cultura e território. Não basta delimitarmos fisicamente uma área e detalharmos as manifestações culturais, visto que tal procedimento não considera a relação profunda entre as dinâmicas espaciais e as culturais; justamente por reconhecermos a importância da instância cultural para o território, também reconhecida por diversos geógrafos na atualidade, é que devemos insistir nesta aproximação a partir da própria disciplina geográfica.

O par conceitual tecnosfera-psicosfera poderia ser útil à compreensão da cultura como *dimensão híbrida*, presente em várias escalas, formada a partir das informações tanto banais quanto estratégicas que circulam pelo território. A cultura seria tributária de tradições que permanecem no território como rugosidades, mas também seria continuamente recriada em novas formas de sociabilidade, novas

formas criativas de viver que, como afirmam os autores anteriormente citados, não se prestam à conversão em mercadoria.

A contribuição do conceito de psicosfera, ao tratar os valores como *sistemas* que se difundem pelo território, é a possibilidade de encontrar não apenas uma coerência interna nos discursos, mas uma periodização que dê indícios da dinâmica cultural no território. É através dessa possibilidade de periodização que podemos analisar como a mudança promovida pela variável informação alterou a relação entre cultura e território, e apontar algumas perspectivas.

### **Cultura e território: perspectivas**

A modernidade representa um conjunto de valores culturais que se expressa como tecnosfera e como psicosfera. Afeita ao aumento da velocidade, como afirma Danilo Miranda (2008), a modernidade “precisou ganhar espaços, construiu estradas, automóveis, aviões. Depois, conquistou o espaço sideral, levou o homem à Lua, desenvolveu satélites, fez estações espaciais”. O discurso que sustentou a implantação desta miríade de objetos técnicos, formando a psicosfera moderna, foi fundado no cientificismo, na especialização, no tecnicismo, desmerecendo qualquer outro tipo de conhecimento.

Gorz (2003, p.34) afirma que “[...] a história da industrialização pode ser lida como a história do divórcio crescente entre o desenvolvimento dos conhecimentos científicos e técnicos, por um lado, e a cultura comum, por outro”. Mesmo o que era considerado cultura verdadeira era obra de especialistas, inacessível ao grande público, que foi posto, pela indústria midiática, na condição de receptor passivo. Como analisa Dantas (2003, p.16), para esta psicosfera “a sociedade se divide entre um público (restrito e elitizado) que *produz cultura* (nas formas política, científico-técnica, artística, etc); e um público (amplo e massificado) que apenas *recebe cultura* (sobretudo, através da imprensa, da radiodifusão, do cinema).”

Diversos dualismos formaram a visão de mundo moderna. Danilo Miranda (2008) diz que o cientificismo moderno “determinou a ruptura entre filosofia e ciência, criando uma cultura científica e uma cultura humanista. Nesta seara, é preciso dizer que a cultura humanista é uma cultura geral, enquanto a científica se deteve nas especializações.”

A cultura de massas é produto desta psicosfera moderna, que objetiva expandir formas de viver homogêneas, baseadas no consumo. Entretanto, a reação contra estes valores surge a partir da própria globalização, neste momento em que a tecnosfera herdada da modernidade cria a possibilidade do trânsito de novas informações, de novos valores, de novas formas de cultura, e de novas psicosferas.

A “sociedade da cultura” sugerida por Gorz (p.63), nascida da superação do produtivismo e do economicismo, teria seu germe no livre acesso às informações, em “um meio de produção de conteúdos comunitários e cidadãos” (p.40). Danilo Miranda (2008) fala na união entre a cultura científica e a cultura humanista, reforçando a visão integral da experiência humana em toda a sua diversidade. Milton Santos (2000, p.143-5), por sua vez, vê a possibilidade de insurgência de uma cultura popular no

lugar da cultura de massas, gerada no cotidiano. Como afirma o autor, “gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada” (p.144). Trata-se de uma “cultura de vizinhança”, que não surge à parte dos esforços homogeneizadores da cultura de massas, mas a partir de um retrabalhamento desta, e freqüentemente usando seus instrumentos.

Ao contrário da psicofera moderna, da qual podemos facilmente apontar origem, objetivos e métodos de convencimento, os novos sistemas de valores são mais difíceis de serem identificados, visto que são mutantes por sua própria natureza. Para além da racionalidade econômica, em diferentes lugares ao redor do mundo, despertam novos valores, novos sentidos para a existência humana. É um processo em andamento. Como conclui Lojkine (1995, p.310), “se se confere aos desafios atuais da revolução informacional toda a sua significação cultural, política e ética, pode-se afirmar que o movimento social que deve realizá-la ainda pertence ao futuro”. Trata-se, contudo, de um futuro já vivo nas experiências do presente.



## Referências Bibliográficas

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**. Uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1973.

LA BLACHE, Paul Vidal de [1921]. **Princípios de geografia humana**. Lisboa: Cosmos, 1954.

DANTAS, Marcos. “*Informação e trabalho no capitalismo contemporâneo*”. in: Lua Nova, n.6, 2003.

GORZ, André. **O imaterial**. Conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

GOTTMANN, Jean. “*The political partitioning of our world: an attempt at analysis*”. in: World Politics, 4(4) (Jul. 1952). P.512-519.

LAZZARATO, Maurizio e NEGRI, Antonio. **O trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

MIRANDA, Danilo. “*A cultura é a saída*”. in: Le Monde Diplomatique Brasil, junho de 2008.

RAFFESTIN, Claude. [1980] **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. “*Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação*” in: PIQUET, Rosélia e RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Brasil, território da desigualdade**: descaminhos da modernização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: Fundação Universitária José Bonifácio, 1991. p.44-55.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton [1996]. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**, do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000

SILVA, Adriana Bernardes. **A contemporaneidade de São Paulo**. Produção de informações e reorganização do território brasileiro. Tese de doutorado. Departamento de Geografia, FFLCH, USP, 2001.

SORRE, Max. [1954]. “*A adaptação ao meio climático e biossocial – geografia psicológica*” in: MEGALE, Januário Francisco. **Max. Sorre**: geografia. São Paulo: Ática, 1984.